

ITPAC – INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS S.A.

CNPJ/ME Nº 02.941.990/0001-98

NIRE 17300003450

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 01 de novembro de 2021, às 10 horas, na sede social do ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos S.A., na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, CEP 77816-540 (“Companhia”).
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Publicação de edital de convocação dispensada, conforme faculta o art. 124, §4º, da Lei 6.404/1976, em virtude da presença da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia.
3. **LAVRATURA DA ATA:** A acionista presente aprovou a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia Geral em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976.
4. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por indicação da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, assumiram os trabalhos, na qualidade de Presidente da Mesa, o Sr. Virgílio Deloy Capobianco Gibbon, e o Sr. Anibal José Grifo de Sousa, na qualidade de Secretário da Mesa.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a eleição de novo Diretor da Companhia e a ratificação do mandato dos demais Diretores; **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e, **(iv)** a autorização para que a administração a Companhia pratique todos os atos necessários para implementação das deliberações tomadas.
6. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, por:
 - 6.1. Aprovar a alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para ajustar a composição da Diretoria da Companhia, que passa ser administrada por uma diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. Desta forma, o Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

*“**Artigo 6º** - A Companhia será administrada por uma diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, sendo: (a) 1 (um) Diretor Presidente (“CEO”); (b) 1 (um) Diretor Financeiro (“CFO”); e (c) os demais diretores sem designação específica (“Diretoria” e, cada um dos membros da Diretoria, “Diretor”).”*
 - 6.2. Aprovar a eleição de novo Diretor, o Sr. **Lélio de Souza Júnior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 02227735808, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 988.963.346-91, com endereço profissional na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 504, Bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP 34006-056, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para um mandato unificado até 01/06/2023, consoante eleição deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de junho de 2021, conforme ata arquivada na Junta Comercial do Estado de Tocantins sob o nº 20210199393, em 15/06/2021.

6.2.1. O Diretor acima nomeado toma posse nesta data, mediante assinatura, no prazo legal, do respectivo Termo de Posse, o qual será lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, nos termos do art. 149 da Lei 6.404/1976, ficando empossado para exercer suas funções e devendo permanecer em seu cargo até sua reeleição ou a eleição de seus substitutos, na forma determinada pelo Estatuto Social da Companhia.

6.2.2. O Diretor acima nomeado declara, sob as penas da lei, nos termos do art. 147 da Lei 6.404/1976 e legislação aplicável, que não está impedido de ocupar o cargo de Diretor da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vedem, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e que tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou da administração da Companhia.

6.2.3. Fica ratificado que além do diretor eleito acima no item 6.2, o Sr. **Lélio de Souza Júnior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 02227735808, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 988.963.346-91, com endereço profissional na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 504, Bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP 34006-056, a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes membros, sendo o mandato unificado de cada Diretor vigente até 01/06/2023: **(i)** o Sr. **Virgílio Deloy Capobianco Gibbon**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 00290756806, expedida pelo DETRAN/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.659.437-55, como Diretor Presidente da Companhia (“CEO”); **(ii)** o Sr. **Luis André Carpintero Blanco**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro de produção, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 00126270348, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 045.353.777-40, como Diretor Financeiro da Companhia (“CFO”); **(iii)** o Sr. **Anibal José Grifo de Sousa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade nº 126.120, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 082.381.497-11, como Diretor sem designação específica, responsável pelo Departamento Jurídico e de Compliance da Companhia; **(iv)** o Sr. **Flávio Cunha de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, médico, portador Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 01773936397, expedida pelo DETRAN/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 053.976.336-58, como Diretor sem designação específica da Companhia; **(v)** o Sr. **Júlio Eduardo Razente de Angeli**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 18.622.490-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 157.763.718-64, como Diretor sem designação específica da Companhia; **(vi)** o Sr. **Denis Del Bianco**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 01196243819, expedida pelo DETRAN/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 071.651.947-03, como Diretor sem designação específica da Companhia; **(vii)** a Sra. **Gabriela Monteiro Viana**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 00578797100, expedida pelo DETRAN/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 646.424.101-04, como Diretora sem designação específica da Companhia; todos com endereço profissional na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, sala 504, Bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP 34006-056.

6.3. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da companhia.

6.4. Aprovar a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, nos termos e condições aqui previstas.

7. **ARQUIVAMENTO:** Por fim, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou pelo arquivamento da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de Tocantins, para os devidos fins legais.

8. **APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Araguaína/TO, 01 de novembro de 2021. **MESA:** Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Presidente da Mesa; Anibal José Grifo de Sousa – Secretário da Mesa. **ACIONISTA PRESENTE:** Afya Participações S/A, neste ato representada por seus administradores Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e Anibal José Grifo de Sousa.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

MESA:

VIRGÍLIO DELOY CAPOBIANCO GIBBON
Presidente da Mesa

ANIBAL JOSÉ GRIFO DE SOUSA
Secretário da Mesa

ITPAC – INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
CNPJ/ME Nº 02.941.990/0001-98
NIRE: 17300003450

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2021**

**- ANEXO I -
- ESTATUTO SOCIAL -**

**ESTATUTO SOCIAL DA
ITPAC – INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS**
CNPJ/ME Nº 02.941.990/0001-98
NIRE: 17300003450

- ESTATUTO SOCIAL -

**APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2021**

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A ITPAC - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na Avenida Filadélfia, nº 568, Setor Oeste, Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, CEP 77816-540.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá instalar e extinguir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional e/ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Parágrafo 2º - A Companhia possui 11 (onze) filiais nos seguintes endereços:

(i) Filial nº 001 - nome de fantasia: ITPAC - CLÍNICA ODONTOLÓGICA, NIRE nº 17900071375, CNPJ/ME nº 02.941.990/0005-11, localizada na Avenida Filadélfia, nº 568, Bloco Clínica Odontológica, Setor Oeste, Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, CEP 77816-540; com objetivo social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além do criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios; além do administração e locação de bens móveis e imóveis, próprios ou de terceiros; dispensa, controle e garantia de qualidade de insumos farmacêuticos e medicamentos; manipulação de cosméticos, produtos dermatológicos, medicamentos alopáticos e fitoterápicos oficinais e saneantes; desenvolvimento de programas na área farmacêutica; desenvolvimento de atividades teóricas—práticas nas disciplinas do curso de Farmácia— Bioquímica; desenvolvimento de palestras, conferências, congressos e aulas; fornecimento de informações seguras sobre correta utilização de medicamentos, incentivo ao uso racional de medicamentos e adesão ao tratamento; controle de qualidade de matérias-primas, medicamentos, fitoterápicos, água, alimentos e insumos farmacêuticos; desenvolvimento de atendimentos farmacêuticos a segmentos específicos da população de Araguaína e região; comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como produtos permitidos pela legislação farmacêutica, com a finalidade de reposição de estoques; desenvolvimento de habilidades manuais dos alunos do curso de odontologia, baseadas nos conceitos teóricos-científicos e nos treinamentos laboratoriais indicados, proporcionar atendimento a pacientes, onde os alunos realizarão atividades preventivas e curativas de patologias buco-dentais; aperfeiçoamento da relação social aluno-paciente, com enfoque para o respeito,

pontualidade, assiduidade, honestidade, conhecimento e biossegurança; aquisição de material de insumo para as atividades clínica odontológica; atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e de psicologia e psicanálise, ensino de arte e cultura, atividades de apoio à gestão de saúde, atividades de apoio à educação, ensino de arte e cultura, atividades de atendimento hospitalar, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial restrita a consultas, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana;

(ii) Filial nº 002 - nome de fantasia: ITPAC - FARMÁCIA ESCOLAR, NIRE nº 17900071383, CNPJ/ME nº 02.941.990/0004-30, localizada na Avenida Filadélfia, nº 568, Bloco Farmácia Escola, Setor Oeste, Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, CEP 77816-540; com objetivo de social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios; além da administração e locação de bens moveis e imóveis, próprios ou de terceiros; dispensa, controle e garantia de qualidade de insumos farmacêuticos e medicamentos; manipulação de cosméticos, produtos dermatológicas, medicamentos alopáticos e fitoterápicos officinais e saneantes; desenvolvimento de programas na área farmacêutica; desenvolvimento de atividades teóricas—práticas nas disciplinas do curso de Farmácia— Bioquímica; desenvolvimento de palestras, conferências, congressos e aula; fornecimento de informações seguras sobre correta utilização de medicamentos, incentivo ao uso racional de medicamentos e adesão ao tratamento; controle de qualidade de matérias-primas, medicamentos, fitoterápicos, água, alimentos e insumos farmacêuticos; desenvolvimento de atendimentos farmacêuticos a segmentos específicos da população de Araguaína e região; comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como produtos permitidos pela legislação farmacêutica, com a finalidade de reposição de estoques; desenvolvimento de habilidades manuais dos alunos do curso de odontologia, baseadas nos conceitos teóricos-científicos e nos treinamentos laboratoriais indicados, proporcionar atendimento a pacientes, onde os alunos realizarão atividades preventivas e curativas de patologias buco—dentais; aperfeiçoamento da relação social aluno— paciente, com enfoque para o respeito, pontualidade, assiduidade, honestidade, conhecimento e biossegurança; aquisição de material de insumo para as atividades clínica odontológica, atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e de psicologia e psicanálise, ensino de arte e cultura, atividades de apoio à gestão de saúde;

(iii) Filial nº 003 - nome fantasia: ITPAC - PALMAS, NIRE nº 17900090329, CNPJ/ME nº 02.941.990/0006-00, localizada na ACSU SO 70, Avenida NS-01, s/n, Conjunto 02, Lote 03, Plano Diretor Sul, Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77017-004; com o objeto social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios; atividades de apoio à educação, ensino de arte e cultura, atividades de apoio à gestão de saúde, atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; ensino de arte e cultura e atividades de apoio à gestão de saúde e aluguel de imóveis próprios;

(iv) Filial nº 004 - nome fantasia: ITPAC AMBULATÓRIO, NIRE nº 17900117588, CNPJ/ME sob o nº 02.941.990/0007-83, localizada na Avenida Filadélfia, nº 2568, Bloco Ambulatório, Setor Oeste, Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, CEP 77816-540; com o objetivo social de atividades de atendimento hospitalar universitário, ambulatório universitário com atividade médica ambulatorial restrita a consultas, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica

ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de enfermagem;

(v) Filial nº 005 – nome fantasia: ITPAC - Cruzeiro do Sul, NIRE nº 17900173836, CNPJ/ME nº 02.941.990/0009-45, localizada na Avenida 25 de Agosto, Bairro 25 de Agosto, Lote 02-B, Quadra 173- B, Cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, CEP 69980-000; com o objetivo social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios;

(vi) Filial nº 006 – nome fantasia: ITPAC - Manacapuru, NIRE em processo de obtenção, CNPJ/ME nº 02.941.990/0010-89, localizada na Estrada do SESC, sem número, Perímetro de Expansão Urbana, Cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas, CEP 69400-970; com o objetivo social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além do criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios, atividades de apoio à educação, ensino de arte e cultura, atividades de atendimento hospitalar, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial restrita a consultas, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de apoio à gestão de saúde, atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e de psicologia e psicanálise, ensino de arte e cultura e atividades de apoio à gestão de saúde e aluguel de imóveis próprios;

(vii) Filial nº 007 – nome fantasia: ITPAC - Cametá, NIRE nº 15902012366, CNPJ/ME nº 02.941.990/0008-64, localizada na Travessa Eneas Martins, nº 401, Bairro Centro, CEP: 68400-000, Cidade Cametá, Estado do Pará; com o objetivo social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades: além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares: além de atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórias especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de sérvios educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios, atividades de apoio à educação, ensino de arte e cultura, atividades de atendimento hospitalar, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial restrita a consultas, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de apoio à gestão de saúde, atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e de psicologia e psicanálise, ensino de arte e cultura e atividades de apoio à gestão de saúde e aluguel de imóveis próprios;

(viii) Filial nº 008 – nome fantasia: ITPAC Palmas – Ambulatório, NIRE nº 17900178285, CNPJ/ME nº 02.941.990/0013-21, localizada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, S/N, Quadra 701, Pavimento Superior, Conjunto 01, Lote 17, Plano Diretor Sul, Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77017- 002; com o objetivo social de atividades de atendimento hospitalar universitário, ambulatório universitário com atividade médica ambulatorial restrita a consultas, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de enfermagem;

(ix) Filial nº 009 – nome fantasia: ITPAC Palmas – Clínica Odontológica, NIRE nº 17900178277, CNPJ/ME nº 02.941.990/0012-40, localizada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, S/N, Quadra 701, Térreo, Conjunto 01, Lote 17, Plano Diretor Sul, Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77017-002; com o objetivo social de atividade odontológica;

(x) Filial nº 010 – sem nome fantasia, NIRE nº 17900181391, CNPJ/ME nº 02.941.990/0014-02, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 494, Quadra 16, Lote 15 Setor Central, em Araguaína/TO, CEP 77804-040, com o objetivo social de desenvolvimento de atividades de atendimento hospitalar universitário, ambulatório universitário com atividade médica ambulatorial restrita a consultas, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de enfermagem.

(xi) Filial nº 011 – nome fantasia: ITPAC, NIRE nº 26902012811, CNPJ/ME 02.941.990/0015-93, localizada na localizada na Rodovia BR 423, s/n, bairro São José, em Garanhuns, Estado de Pernambuco, CEP 55293-000, com o objetivo social de atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidade além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares além das atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórios especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios além da administração e locação de bens moveis e imóveis, próprios ou de terceiros dispensar, controlar e garantir qualidade de insumos farmacêuticos e medicamentos manipular cosméticos, produtos dermatológicas, medicamentos alopáticos e fitoterápicos oficinais e saneantes desenvolvimento de programas na área farmacêutica desenvolvimento de atividades teóricas praticas nas disciplinas do curso de farmácia bioquímica desenvolvimento de palestras, conferências, congressos e aula fornecimento de informações seguras sobre correta utilização de medicamentos, incentivo ao uso racional de medicamentos e adesão ao tratamento controle de qualidade de matérias primas, medicamentos, fitoterápicos, água, alimentos e insumos farmacêuticos desenvolvimento de atendimentos farmacêuticos a segmentos específicos da população de Araguaína e região comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como produtos permitidos pela legislação farmacêuticas, com a finalidade de reposição de estoques desenvolver habilidades manuais dos alunos do curso de odontologia, baseadas nos conceitos teóricos, científicos e nos treinamentos laboratoriais indicados, proporcionar atendimento a pacientes, onde os alunos realizarão atividades preventivas e curativas de patologias buco dentais aperfeiçoar a relação social aluno paciente, com enfoque para o respeito, pontualidade, assiduidade, honestidade, conhecimento e biossegurança aquisição de material de insumo para as atividades clínica odontológica serviços de xerox, encadernação e impressão atividades de atendimento hospitalar universitário ambulatório universitário com atividade medica ambulatorial restrita a consultas atividade medica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares atividade medica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos serviços de vacinação e imunização humana atividades de enfermagem atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e de psicologia e psicanalise, ensino de arte e cultura e atividades de apoio a gestão de saúde.

Artigo 3º – O objeto social da Companhia consiste: nas atividades em educação, ensino, cultura e assistência social nos seus diferentes níveis de modalidades; além da criação, instalação e manutenção de cursos de ensino superior e outros níveis escolares; além de atividades culturais e treinamentos em qualquer grau, pesquisas, extensão e acessórios especiais, cursos livres, aperfeiçoamento profissional, criação e manutenção de serviços educativos e assistenciais, promoção de atividades comunitárias de forma direta ou por contratos e convênios; além da administração e locação de bens moveis e imóveis, próprios ou de terceiros; dispensar controlar e

garantir qualidade de insumos farmacêuticos e medicamentos; manipular cosméticos, produtos dermatológicos, medicamentos alopáticos e fitoterápicos officinais e saneantes; desenvolvimento de programas na área farmacêutica; desenvolvimento de atividades teóricas - práticas nas disciplinas do curso de Farmácia - Bioquímica; desenvolvimento de palestras, conferências, congressos e aula; fornecimento de informações seguras sobre a correta utilização de medicamentos, incentivo de uso racional de medicamentos e adesão ao tratamento; controle de qualidade matérias-primas, medicamentos, fitoterápicos, água, alimentos e insumos farmacêuticos; desenvolvimento de atendimentos farmacêuticos a segmentos específicos da população de Araguaína e região; comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como produtos permitidos pela legislação farmacêutica, com a finalidade de reposição de estoques; desenvolvimento de habilidades manuais dos alunos do curso de odontologia, baseadas nos conceitos teórico-científicos e nos treinamentos laboratoriais indicados, proporcionar atendimento a pacientes, onde os alunos realizarão atividades preventivas e curativas de patologias buco dentais; aperfeiçoamento da relação social aluno-paciente, com enfoque para o respeito, pontualidade, assiduidade, honestidade, conhecimento e biossegurança; aquisição de material de insumo para as atividades clínica odontológica, serviços de xerox, encadernação e impressão; atividades de atendimento hospitalar universitário, ambulatório universitário com atividade médica ambulatorial restrita a consultas, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de enfermagem, atividades de estética e serviços de cuidados com a beleza e psicologia e psicanálise, ensino de arte e cultura e atividades de apoio à gestão de saúde.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II **DO CAPITAL SOCIAL**

Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$13.900.000,000 (treze milhões e novecentos mil reais), dividido em 13.900.000 (treze milhões e novecentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º – A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais e as decisões dos acionistas serão tomadas pela maioria do capital social votante da Companhia, exceto se de outra forma exigida por lei, ou ainda, exceto se de outra forma disposto no presente Estatuto Social.

Parágrafo 2º – As ações são indivisíveis com relação à Companhia.

Parágrafo 3º – Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, de emissão da Companhia, na proporção das suas respectivas participações (e respectivas classes, se aplicável) anteriormente possuídas, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo 4º – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela

Assembleia Geral, sendo: (a) 1 (um) Diretor Presidente (“CEO”); (b) 1 (um) Diretor Financeiro (“CFO”); e (c) os demais diretores sem designação específica (“Diretoria” e, cada um dos membros da Diretoria, “Diretor”).

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria terão mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo 1 (um) Diretor cumular mais de uma função.

Parágrafo 2º - Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral segundo critérios de competência técnica e profissional, coerentes com as funções a serem desempenhadas e com os níveis técnicos exigidos. Os Diretores deverão ter experiência e conhecimento do mercado relevante e da condução dos negócios de sua alçada na administração da Companhia.

Parágrafo 3º - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a eleição e posse dos novos Diretores.

Artigo 7º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições e limitações deste Estatuto Social e da lei quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, incluindo poderes para deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis da Companhia, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, sempre observadas as restrições e limites da lei, bem como aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Compete ainda à Diretoria:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e as determinações da Assembleia Geral;
- (ii) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e
- (iii) submeter para aprovação da Assembleia Geral, o orçamento anual/plurianual da Companhia e suas subsidiárias.

Parágrafo 3º - Compete ao CEO coordenar e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Compete ao CFO, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pela Assembleia Geral, exercer as funções e competências inerentes a função atribuídas e exercidas por um diretor financeiro, incluindo, exemplificativamente: (a) planejar, coordenar, organizar e

supervisionar as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento (incluindo a preparação do orçamento da Companhia) e a elaboração de proposta para distribuição de lucros e dividendos da Companhia (a ser submetida à Assembleia Geral); e (b) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades de representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior.

Artigo 8º - Respeitados os limites determinados nesse Estatuto Social e na lei, a Companhia será representada: **(a)** pela assinatura conjunta de qualquer 2 (dois) Diretores; **(b)** pela assinatura conjunta de 1 (um) procurador e 1 (um) Diretor; **(c)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores perante qualquer instituição financeira, pública ou privada, com poderes específicos relacionados com as atividades bancárias da Companhia; ou **(d)** pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nas seguintes hipóteses: **(i)** perante órgãos, repartições ou entidades públicas (federais, estaduais ou municipais), observado o limite de assunção de obrigações financeiras em um montante total de, no máximo, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), por cada obrigação assumida, ficando vedada a renúncia de qualquer direito; **(ii)** perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho, para a admissão, suspensão ou demissão de empregados e para negociação de acordos trabalhistas; e/ou **(iii)** para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais ou para a prestação de depoimento pessoal ou atuar como preposto ou testemunha.

Parágrafo Primeiro - Não obstante o disposto no Artigo 8º acima, as matérias abaixo dependerão da assinatura em conjunto do CEO com o CFO ou com o Diretor responsável pelo departamento jurídico da Companhia, ou de quaisquer destes em conjunto com 1 (um) Diretor sem designação específica ou com um procurador com poderes especialmente constituídos:

(i) Outorga de procuração em nome da Companhia, devendo as procurações outorgadas sempre especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações para fins judiciais, as procurações serão válidas por, no máximo, 1 (um) ano;

(ii) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de endividamento, incluindo empréstimos, emissão de títulos, assunção de dívidas, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia, independentemente da forma, da natureza e/ou do valor;

(iii) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades, incluindo a aquisição de quotas/ações ou estabelecimentos comerciais de qualquer entidade, aquisição substancial de todos os ativos de uma entidade, bem como a celebração, alteração ou rescisão de qualquer parceria ou *joint venture* (inclusive *joint ventures* comerciais);

(iv) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos referentes à outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, prestação de aval e/ou constituição de ônus de qualquer natureza sobre as ações, ativos e/ou direitos, políticos e econômicos, da Companhia;

(v) Celebração, alteração ou rescisão de contratos que possuam cláusula de exclusividade, não-concorrência, não-solicitação e/ou que de qualquer outra forma limite o desenvolvimento pela Companhia de seus negócios;

(vi) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos entre a Companhia, de um lado, e,

de outro lado, qualquer autoridade governamental ou entidade do terceiro setor, fazendo-se sempre respeitar, tanto na assinatura quanto na execução do contrato, as regras de *compliance* da Companhia;

(vii) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de aquisição, alienação, transferência, oneração ou qualquer forma de cessão de direitos sobre imóveis pela Companhia;

(viii) Celebração, alteração ou rescisão de contratos de locação dos imóveis de propriedade ou ocupados pela Companhia ou suas subsidiárias, de valor igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

(ix) Celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou transação que possa representar na assunção de obrigações ou renúncia de direitos da Companhia, de valor igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e

(x) Início de quaisquer litígios pela Companhia ou suas subsidiárias, ou a resolução de qualquer reivindicação iniciada por ou contra a Companhia ou suas subsidiárias, que seja: (i) em valor superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por litígio; ou (ii) que possa razoavelmente causar um impacto material em quaisquer operações, negócios ou atividades da Companhia ou de seus acionistas.

Parágrafo Segundo – Não obstante o disposto no item (i) do parágrafo primeiro deste artigo 8º, acima, as procurações para fins judiciais serão celebradas mediante: (a) a assinatura do CEO, em conjunto com qualquer Diretor sem designação específica e/ou procurador eleito na forma do item “i”, acima, ou, (ii) assinatura do Diretor responsável pelo departamento jurídico, em conjunto com qualquer outro Diretor da Companhia e/ou procurador eleito na forma do item (i), do parágrafo primeiro deste artigo 8º acima. As procurações para fins judiciais poderão ter validade por prazo indeterminado.

Artigo 9º – É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Artigo 10 - A remuneração da administração será fixada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 11 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, o qual funcionará em caráter não permanente, nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, nos termos do Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e quando estiverem no efetivo

exercício de suas funções de membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações e terá as atribuições previstas na legislação aplicável, sendo indelegáveis as funções de seus membros.

CAPÍTULO V **DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 12 - As assembleias gerais da Companhia ("**Assembleia Geral**") deverão ser: (i) ordinárias, realizadas em até 4 (quatro) meses após o término do exercício social da Companhia, para deliberar sobre o disposto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) extraordinárias, realizadas sempre e à medida que os negócios sociais assim exigirem e nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo único - A cada ação ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 13 - Sem prejuízo das hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência em 1ª (primeira) convocação e 5 (cinco) dias de antecedência em 2ª (segunda) convocação, nos termos da legislação aplicável e do presente Estatuto Social, pelo CEO ou CFO, isoladamente, ou em conjunto por 2 Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º - Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais aqui previstas, será regular a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão presididas pelo CEO da Companhia ou, na sua ausência, por qualquer outro membro da Diretoria indicado pelo mesmo acionista que indicou o CEO, devendo o presidente da referida Assembleia Geral indicar o secretário da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social com direito de voto, e em segunda convocação com qualquer número, em conformidade com as formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo 4º - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo 5º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 6º - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 - As deliberações da Assembleia Geral, exceto se maior quórum for exigido pela legislação

aplicável ou por este Estatuto Social, dependerão da aprovação dos acionistas representando a maioria absoluta do capital social total e votante da Companhia, não se computando os votos em branco.

Artigo 15 - A deliberação das seguintes matérias será de competência da Assembleia Geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (ii) fixar a remuneração da Diretoria e a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) alteração na estrutura, funções e no número de membros que compõem o conselho de administração das subsidiárias da Companhia, conforme aplicável;
- (iv) criação de novas diretorias da Companhia e/ou de suas subsidiárias e extinção de diretorias e alterações nas suas respectivas competências;
- (v) alteração ou reforma do estatuto social da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (vi) alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (vii) transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação de ações, incorporação da Companhia e/ou de suas subsidiárias e a incorporação de outras sociedades, ou de ações, pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias, *drop down* de ativos das subsidiárias e *joint ventures* da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (viii) criação de novas classes de ações e emissão de novas ações pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias;
- (ix) dissolução e liquidação da Companhia e/ou de suas subsidiárias, nomeação e destituição dos respectivos liquidantes e cessação do estado de liquidação;
- (x) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, requerimento de autofalência, da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (xi) grupamento e desdobramento de ações, redução de capital, amortizações e/ou resgate de ações, concessão de opção de compra de ações na Companhia e/ou nas suas subsidiárias, plano de opção de compra de ações, *stock grant* ou mecanismos semelhantes de remuneração de executivos, envolvendo ações ou títulos e direitos que permitam a conversão, subscrição ou aquisição de ações, criação de partes beneficiárias e/ou emissão de bônus de subscrição;
- (xii) aumento do capital social da Companhia com a emissão ou não de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações e criação de capital autorizado;
- (xiii) alteração de práticas contábeis da Companhia e/ou de suas subsidiárias (incluindo, mas não se limitando à exclusão (*write-off*) de recebíveis ou de qualquer valor em qualquer outra conta do balanço ou demonstração de resultado), salvo se exigido por lei;

- (xiv) autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia e/ou de suas subsidiárias, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
- (xv) celebração e rescisão de acordos de acionistas, acordo de quotistas ou qualquer outro acordo relativo à participação da Companhia e/ou de suas subsidiárias em outras sociedades;
- (xvi) aprovação das demonstrações financeiras, da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xvii) abertura de capital da Companhia e/ou de suas subsidiárias, distribuição pública de quaisquer valores mobiliários, ainda que realizada por esforço restrito, conforme regulamentação aplicável, bem como a contratação de bancos de investimento ou prestadores de serviços inerentes à processo de abertura de capital;
- (xviii) a alteração da política de dividendos da Companhia ou de suas subsidiárias e a criação de reservas e também a sua utilização;
- (xix) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser neste Estatuto Social;
- (xx) aprovação, ou qualquer alteração, do orçamento anual/plurianual da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xxi) endividamento além daqueles valores aprovados no orçamento da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xxii) realização, negociação, rescisão ou aditivo de qualquer negócio, contrato ou operação entre a Companhia e/ou as suas subsidiárias, de um lado e qualquer parte relacionada à tais instituições;
- (xxiii) respeitado o disposto no item (xxiv) abaixo, aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou de suas subsidiárias, isoladamente ou em operações múltiplas, cujo valor ultrapasse R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (xxiv) qualquer alienação ou oneração, em favor de terceiros, de participação das subsidiárias, ou admissão de novo sócio ou acionista;
- (xxv) realização de investimentos fora do ramo principal de negócios da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de suas respectivas controladas. Para fins deste Artigo 15, inciso (xxv), “*ramo principal de negócios*” significa a atividade desenvolvida ou realizada, diretamente relacionada à oferta de cursos de educação superior (graduação, mestrado, doutorado, especialização e pós graduação, incluindo MBA), bem como a oferta de cursos preparatórios para residência médica e revalidação de diploma de medicina. A título de esclarecimento, qualquer investimento imobiliário ou educação básica (infantil, fundamental, média), por exemplo, não é considerado ramo principal de negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas;
- (xxvi) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia e/ou de suas subsidiárias, a qualquer título, de participação no capital social de outras sociedades;
- (xxvii) prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais pela Companhia e/ou pelas

suas subsidiárias, relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer acionistas;

(xxviii) a negociação, aditamento, rescisão e/ou assinatura de novo contrato de locação das sedes e/ou locais onde são realizadas as atividades das subsidiárias e controladas da Companhia, bem como assinatura de contratos de comodato, aditivos e rescisões, que tratem das sedes e/ou locais onde são realizadas as atividades das subsidiárias;

(xxix) a negociação, assinatura, renovação, rescisão, aditamento ou qualquer alteração dos contratos de locação ou contratos de comodato que tratem das sedes e/ou locais onde são (ou serão) realizadas as atividades da Companhia e de suas subsidiárias, bem como qualquer descumprimento compulsório ou ajuizamento de ação judicial ou procedimento arbitral no âmbito dos mesmos, ou ainda qualquer ato que possa afetar o direito de uso e/ou o pagamento dos valores devidos pela Companhia e suas respectivas subsidiárias em relação aos imóveis objeto dos referidos contratos de locação e/ou contratos de comodato;

(xxx) a escolha ou a destituição do auditor independente da Companhia; e

(xxxi) a deliberação das matérias acima no âmbito das subsidiárias da Companhia.

CAPÍTULO VI **DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Artigo 16 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano calendário.

Artigo 17 - Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável, para posterior manifestação e aprovação pela Assembleia Geral.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras e contábeis deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 18 - Após efetuados os ajustes previstos em lei e a retenção para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração, observados os orçamentos de capital da Companhia devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

Artigo 19 - Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado como dividendo obrigatório; e (c) o saldo para a destinação que vier a ser dada pela Assembleia Geral, observado o disposto no Artigo 15, "xx" deste Estatuto Social.

Artigo 20 - Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá preparar demonstrações financeiras em períodos menores e distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados em tais demonstrações ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

Artigo 21 - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos

acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VII **DA LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO**

Artigo 22 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados na legislação aplicável, cabendo à Assembleia Geral eleger um ou mais liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII **DA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**

Artigo 23 - Toda e qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência oriunda ou relacionada a este Estatuto ("Conflito"), bem como seus respectivos anexos, envolvendo qualquer dos acionistas da Companhia ("Partes Envolvidas"), será resolvida, de forma definitiva, por meio de arbitragem, a ser administrada pelo Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara").

Parágrafo 1º - A arbitragem será conduzida de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara, em vigor no momento da instauração da arbitragem.

Parágrafo 2º - A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"). Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão, de comum acordo, um árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão, de comum acordo, um árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

Parágrafo 3º - A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades, mediante prévia consulta às Partes Envolvidas.

Parágrafo 4º - A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

Parágrafo 5º - A arbitragem será sigilosa e não haverá julgamento arbitral por equidade.

Parágrafo 6º - Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

Parágrafo 7º - Para: (a) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (b) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (c) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (d) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem, fica

eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

Araguaína/ TO, 01 de novembro de 2021.

MESA:

VIRGÍLIO DELOY CAPOBIANCO GIBBON

Presidente da Mesa

ANIBAL JOSÉ GRIFO DE SOUSA

Secretário da Mesa

Acionista:

AFYA PARTICIPAÇÕES S.A.

p/ Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e Anibal José Grifo de Sousa



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ITPAC - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04765943755	VIRGILIO DELOY CAPOBIANCO GIBBON
08238149711	ANIBAL JOSE GRIFO DE SOUSA

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/01/2022 10:47 SOB N° 20210610395.
PROTOCOLO: 210610395 DE 28/01/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12201211293. CNPJ DA SEDE: 02941990000198.
NIRE: 17300003450. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/01/2022.
ITPAC - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS S/A



ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.to.gov.br